

DOSSIÊ ● ● ●
***PENSAMENTO
POLÍTICO E SOCIAL
BRASILEIRO***

O MARXISMO PARA ALÉM DO ESTRUTURALISMO: UM DEBATE ACERCA DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1950

Carlos Eduardo Tauil¹⁰⁷
Tabita Tiede Lopes¹⁰⁸

INTRODUÇÃO

Este artigo buscará compreender quais os pressupostos analíticos de Caio Prado Jr. para interpretação do desenvolvimento da economia brasileira.

A história político-econômica brasileira tem várias interpretações. Todas elas influenciadas, de certo modo, com o projeto de construção da nação brasileira a partir da “descoberta” do Brasil e o modo qual o país foi se desenvolvendo. Como resultado da independência brasileira em 1822, a proclamação da República em 1889 e os ideais da Revolução Francesa chegando a América Latina, o Brasil terá, no começo do Século XX, uma série de intelectuais repensando a história brasileira para buscar esclarecer àquele presente. Dentre estes intelectuais, damos destaque a Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr..

O primeiro contato de Caio Prado Jr. com o tema da economia política ocorre em 1926. Neste ano o autor participa do I Congresso de Estudantes de Direito e expõe sua tese sobre as influências da economia política na realidade do país. Caio Prado Jr. teve seu primeiro contato com a obra “O Capital” de Marx apenas em 1932 e no ano seguinte publica sua primeira obra, “A Evolução Política do Brasil”, revelando a influência do materialismo histórico de Marx em suas análises. É valioso salientar que até os anos de 1960, o marxismo brasileiro obedecia, via Partido Comunista, basicamente a produção teórica autorizada pela URSS. Caio Prado Jr. foi uma exceção no cenário marxista dos anos 30. Sua condição social¹⁰⁹ lhe dava acesso a textos pouco propagados de Marx e Engels, além dos documentos oficiais oriundos da URSS.

Em 1933, Caio Prado Jr. inaugura uma corrente de interpretação da história brasileira. Sua obra é reconhecida como original e pioneira em termos de instrumentos analíticos. A partir deste momento, surge um modo de pensar a realidade brasileira sob uma perspectiva, que discute as relações entre o passado e o presente e examina as possibilidades de mudanças no futuro (REIS, 1999, p. 2).

¹⁰⁷ Carlos Eduardo Tauil - Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo.

¹⁰⁸ Tabita Tiede Lopes - Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo

¹⁰⁹ Caio Prado Jr. nasceu no seio de uma família muito poderosa no cenário brasileiro do século XIX. Seu avô paterno, Martinho da Silva Prado Jr., foi um dos maiores exportadores de café do Brasil no final do séc. XIX.

Já em suas primeiras obras, Caio Prado Jr. indica que o processo de construção da nação brasileira deveria passar por um programa revolucionário¹¹⁰, que deixaria para trás toda herança colonial da história brasileira. Este programa estaria pautado, basicamente, por dois pressupostos (KAYSEL, 2011, p. 57):

1. A Generalização de direitos sociais e trabalhistas no campo, o que forçaria a descentralização da propriedade rural completando a transição para o trabalho livre (ibidem).
2. A Consolidação de um mercado interno de massas, se convertendo no motor do desenvolvimento nacional e na superação da dependência brasileira frente aos países industrializados (ibidem).

No período Pós Segunda Guerra Mundial, com a Europa decadente e a afirmação dos Estados Unidos como potência mundial, alguns intelectuais começam a elaborar estudos sobre a história econômica da América Latina¹¹¹. A década de 1950 foi um período extremamente fértil na produção de estudos que pretendiam contextualizar e entender, historicamente, a posição que o Brasil ocupava naquela conjuntura política, social e econômica internacional. Neste período, Caio Prado Jr. se envolveu de forma impetuosa neste debate. Já em 1945 escreve uma de suas principais obras *História Econômica do Brasil*, mas é na década de 1950 que escreve duas obras que possuem argumentos significativos para compreender a dependência na economia brasileira, são elas: *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, de 1954, e *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica*, de 1957. A obra de 1954 lhe rendeu o Título de Livre Docência pela Universidade de São Paulo, e a obra de 1957, mostra o autor dialogando de forma explícita com as teorias preponderantes sobre a política social econômica brasileira na década de 1950.

Caio Prado Jr. valeu-se do debate ocorrido na década de 1950 para acompanhar as vicissitudes tanto dos esforços concretos, quanto das interpretações sobre o desenvolvimento brasileiro, em um período em que o Brasil experimentou elevadas taxas de crescimento de seu

¹¹⁰ No livro "A Revolução Brasileira", de 1966, Caio Prado Jr. explica didaticamente qual seu conceito de "revolução", diz ele: "A revolução em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em um curto espaço de tempo, vão dar em transformações estruturais da sociedade ..."

¹¹¹ A "Comissão Econômica para América Latina e Caribe" ou CEPAL foi criada em 1948 e influenciou toda uma geração de intelectuais latino-americanos. No Brasil a influência cepalina atingiu seu auge nas décadas de 1950, quando as teorias da CEPAL estiveram no centro dos debates sobre o desenvolvimento brasileiro e, muitas vezes, nas decisões econômicas do país. Celso Furtado foi o maior representante da teoria cepalina no Brasil.

produto interno bruto, quanto significativos processos de modernização e urbanização, sem que isto tenha resultado, de fato, em sua independência econômica internacional.

Para melhor entendimento deste debate, iniciaremos o presente artigo procurando compreender em que momento histórico Caio Prado Jr. diagnosticou a falha da formação da Nação Brasileira que iriam resultar em um processo cíclico da dependência brasileira. Isto nos mostrará que o Brasil experimentou, em diversos momentos, considerável grau de industrialização sem que isso tenha modificado, no essencial, o caráter dependente, colonial e periférico da nossa economia (PAULA, 2004, p.1). Caio Prado Jr. analisou a conjuntura histórica brasileira e nos demonstrou o *porquê* da impossibilidade de ter se criado, desde o princípio, uma nação brasileira independente do mercado mundial. Posteriormente apresentaremos o cerne da teoria estruturalista da CEPAL. Na sequência mostraremos como o conceito de dependência econômica em Caio Prado Jr. estava inserida no debate brasileiro àquela época e, por fim, concluiremos o artigo mostrando conexões e rupturas do pensamento caiopradiano versus o pensamento cepalino.

A INTERPRETAÇÃO ACERCA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA POR CAIO PRADO JR.

As reflexões de Caio Prado Jr. nos apresentou a teoria de que o Brasil surgiu no quadro das atividades européias a partir do século XV. Estas atividades acabaram por integrar o universo ocidental em uma nova ordem, qual seja a ordem do mundo moderno mercantilista e, futuramente, capitalista. Todos os grandes acontecimentos desta era dos descobrimentos articularam-se num conjunto que consistiu apenas um capítulo da história do comércio europeu. A colonização do Brasil fora apenas um capítulo desta história (REIS, 1999, p. 6). Desde o princípio de sua obra, o autor aponta para o caráter histórico mercantil, escravocrata e dependente do mercado internacional da história brasileira.

Desta forma, Caio Prado, dá destaque aos efeitos que a dominação econômica estrangeira exerceu sobre as estruturas sócio-econômicas da sociedade brasileira em que desde o início, integrado à expansão mercantil européia, exportou para lá os seus produtos primários produzidos em latifúndios escravistas. Deste modo, ter em vista a formação do Brasil, desde seu início, é essencial para compreender os conceitos da dependência econômica brasileira. Sobre a importância da América Latina à época dos descobrimentos, Caio Prado Jr. disse o seguinte:

Isso nos dá a medida do que representariam os trópicos como atrativo para a fria Europa, situada tão longe deles. A América por-lhe-ia à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isso que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele esta disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam por ele (PRADO JR., 1945, p. 20)

Salienta-se demonstrar que o autor preocupa-se compreender o desenvolvimento econômico do país em um momento que este assunto era central no pensamento político social econômico brasileiro. Momento este em que o pensamento político social brasileiro - e latino americano - rompe com o pensamento burguês clássico que entende a desigualdade político social econômico entre os países não era um resultado pré-concebido e orgânico, mas sim consequência de assimetrias e desigualdades historicamente construídas a partir de determinadas relações políticas sociais e econômicas (PAULA, 2006, p. 3). Destaca-se, ainda, que a posição de Caio Prado Jr. enquadra a questão da dependência brasileira de um ponto de vista significativamente mais complexo e contemporâneo à época, na medida a qual aponta para a centralidade da necessidade de se criar internamente as condições para um desenvolvimento técnico e, colocar este desenvolvimento, devendo fazer parte de um objetivo pré-determinado, isto é, um projeto global de independência internacional da economia brasileira.

A CRIAÇÃO DA CEPAL E SUA INTERPRETAÇÃO ESTRUTURALISTA DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO AMERICANO

Com o fim da II Guerra Mundial, o mundo vivia o temor de novos conflitos. A devastação causada pela grande guerra precisava ser evitada de todas as formas e com o objetivo de manter a paz mundial e proporcionar bases para diálogos entre os países nas esferas econômicas, sociais e humanitárias, 51 países se reuniram em São Francisco nos Estados Unidos e ratificaram a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 24 de outubro de 1945. Como vimos no item acima, o “desenvolvimento” era a principal agenda dos países que estavam sob influência estadunidense e a pobreza das nações, cuja economia possuía o mesmo caráter da economia brasileira, demandava profunda discussão. Em 1948, o Conselho Econômico e Social da ONU criou a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Este Conselho, sediado no Chile, tinha por objetivo fomentar a cooperação econômica de seus membros. O êxito na criação da Cepal,

pelo Conselho Econômico e Social, decorreu mediante a ostensiva pressão política dos países latino-americanos signatários da ONU. Os Estados Unidos travaram árdua campanha contra a criação de uma comissão econômica que pudesse fugir de suas orientações de “desenvolvimento”, portanto, para satisfazer o anseio estadunidense, ficou decidido que a Cepal teria um caráter provisório e que, após 3 anos, sua existência seria reavaliada.

Os países latino-americanos precisavam estar inseridos na dinâmica da nova ordem mundial capitalista e se fazia necessário um diagnóstico conjuntural do continente para adotar medidas que apontassem para o desenvolvimento da região. A nova interpretação das relações internacionais inseriu a América Latina em um ambiente em que sua inserção não passava pelo simples ritmo de evolução do capitalismo, mas sim pela quebra de paradigmas das teorias econômicas anunciadas até então. Neste sentido, o ex-diretor do Banco Central da Argentina, Raul Prebisch¹¹², foi convidado para atuar como consultor na Cepal e apresentar um relatório sobre a conjuntura sócioeconômica em que a América Latina estava inserida. Em 1949, Raúl Prebisch apresentou *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas* (livro que ficou conhecido como *Manifesto da Cepal*). Com este documento, o argentino faz uma reavaliação sobre a transferência de diretrizes da econômica neo-clássica para o continente latino-americano.

A resignificação da condição de pobreza da América Latina, em Raúl Prebisch, relaciona a localização do continente no ambiente de países periféricos na dinâmica internacional, ao passo que os países centrais revitalizam um ciclo vicioso em que o movimento de atividades produtivas eterniza a concentração de riquezas na divisão internacional do trabalho. Competia aos países periféricos a tarefa de se apropriar do “local” em que estavam inseridos no funcionamento do capitalismo mundial e descobrir qual são as particularidades que deveriam ser exploradas com o objetivo de diminuir a lacuna entre a periferia e os países centrais. A crítica de Prebisch se fundamenta no deslocamento da ideologia ricardiana¹¹³ para contextos em que sua aplicabilidade não se prova. A hipótese da vantagem comparativa, de David Ricardo, conserva o conceito de que a especialização na produção de um determinado gênero por um país maximizará - através do comércio internacional - o bem estar de sua população (MARTINS, [200?], p. 172). Para o

¹¹² Raúl Prebisch desempenhou diversas funções nas áreas econômicas da Argentina, mas foi durante seu mandato de diretor do Banco Central, que ele se defrontou com inexequível pagamento da dívida externa argentina, que ele lançou-se na tarefa de reinterpretar as circunstâncias que levaram a Argentina àquela situação (DOSMAN, 2011, p. 44).

¹¹³ David Ricardo foi um dos fundadores, junto com Adam Smith, da escola clássica inglesa da economia política

intelectual argentino, a premissa de que a especialização técnica tenderia a ser distribuída de forma parha entre os países participantes do mercado mundial não se aplicava à América Latina porque há uma clara deterioração dos termos de troca na divisão do comércio internacional. Ao propagar que os países produtores de bens primários não precisariam se industrializar, para se beneficiar do progresso tecnológico dos países centrais, a teoria neoclássica não levou em consideração as especificidades de demanda e a realidade histórica de cada região participante do comércio mundial. Neste sentido, Prebisch escreveu:

A política do desenvolvimento tem que se basear numa interpretação autêntica da realidade latino-americana. Nas teorias que recebemos e continuamos a receber dos grandes centros, há com freqüência uma falsa pretensão de universalidade. Toca-nos, essencialmente, a nós, homens da periferia, contribuir para corrigir essas teorias e introduzir nelas os elementos dinâmicos que requerem, para aproximar-se da nossa realidade (PREBISCH, 1949, p. 21)

O Manifesto da Cepal deixa explícito que há um desenvolvimento desigual nas relações do capitalismo internacional e, contrariamente do que anunciava a teoria da vantagem comparativa, o efeito desta divisão internacional do trabalho era uma duradoura e constante depreciação de preço dos produtos primários em relação aos industriais, fazendo com que os países fornecedores de matérias-primas se conservassem nas condições de dependência das demandas internacionais dos países centrais.

A depreciação dos preços dos produtos primários se compõe por conta da inflexibilidade de renda nos países periféricos e centrais, isto é, ao ter um incremento na renda de um determinado país, o aumento das importações do centro avança relativamente menos do que as importações dos países de periferia. Portanto, estas relações impõem condições específicas às economias periféricas apontando para um fenômeno em que as leis do sistema econômico dos países da periferia seriam movidas por leis próprias (CÊPEDA, 1998, p. 153). Sobre este aspecto, Rodriguez descreveu:

Em outros termos, entende-se que centros e periferia se constituem historicamente como resultado da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia mundial. Nos centros, os métodos indiretos de produção gerados pelo progresso técnico se difundem em um período de tempo relativamente breve, pela totalidade do aparelho produtivo. Na periferia, parte-se de um atraso inicial e, no transcorrer da fase dita "desenvolvimento para fora", as técnicas novas só serão implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a

coexistir com setores atrasados no que diz respeito à penetração das novas técnicas e ao nível de produtividade do trabalho (RODRIGUEZ, 1981, p. 37)

No mesmo sentido, Adolfo Gurrieri escreve:

Pero el problema concreto que le sirve de punto de partida (para Prebisch) se relaciona con la distribución del progreso técnico y sus frutos: la evidencia empírica pone de manifiesto la existencia e una considerable desigualdad en el nivel de ingreso medio entre los países industriales y los países productores y exportadores de productos primarios. Este hecho tiene una enorme importancia teórica y práctica pues refuta la justificación básica tanto de la teoría clásica de la división internacional del trabajo como del patrón de desarrollo basado en las exportaciones primarias que había predominado en la América Latina hasta la crisis de 1929¹¹⁴ (GURRIERI, 1982, p. 17)

A principal argumentação da Cepal, a partir de 1949, é de que a condição de países periféricos na dinâmica da divisão internacional do trabalho tratava-se de uma seqüela do desenvolvimento das forças produtivas dos países de economia central. A periferia cumpre seu ofício fornecendo os excedentes produtivos de acordo com a demanda do mercado mundial que é conduzido pelos países do centro. O autor argentino percebe que o objetivo da divisão internacional do trabalho não é elevar o patamar de bem estar social em todo o mundo, mas sim o de elevar o patamar de consumo dos países do centro da forma mais econômica possível. Em *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas*, Raul Prebisch faz um diagnóstico sobre o ciclo vicioso de pobreza em que os países latino-americanos estão submetidos. Para o autor argentino, o continente periférico caracterizava-se pelos seguintes elementos (MARTINS, [200?], p. 158):

1. A indústria da América Latina era antiquada em termos de diversificação na produção de bens e sem integração com setor de exportação de matérias-primas e inapta na propagação tecnológica para outras áreas da economia.
2. Aos países exportadores de produtos primários era inerente a elevação na importação de bens industrializados ao encarar um aumento de renda na conjuntura mundial.
3. O excedente na mão de obra desprivilegiada resultantes de uma de uma economia exportadora de matérias-primas com baixo nível de desenvolvimento tecnológico.

¹¹⁴ Mas o principal problema que serve de ponto de partida (para Prebisch) se relaciona com a distribuição do progresso técnico e seus efeitos: a evidência empírica explicita a existência e uma considerável desigualdade nos níveis de importação entre os países industriais e os países produtores e exportadores de produtos primários. Isto tem uma enorme teórica e prática, pois nega a justificação básica da teoria clássica da divisão social do trabalho como fonte de desenvolvimento baseado nas exportações primárias que predominavam a América Latina desde a crise de 1929.

4. A falta de dinamismo tecnológico resulta em um aumento de custos na produção que são repassados ao preço final, acarretando na prostração da formação de um mercado interno nos países periféricos.
5. O ritmo de absorção do progresso tecnológico e o aumento da produtividade eram consideravelmente menores nas economias da periferia do que nos países industrializados do centro, o que - como pressuposto - já traria uma diferença abissal entre a geração de renda favorável a estas.

O exame cepalino demonstrou, baseado na materialidade histórica, que a América Latina sofreu um longo processo de deterioração nos termos de troca, desconstruindo a teoria da vantagem comparativa que, até então, norteava as políticas econômicas impostas aos países periféricos. O desenvolvimento latino-americano não passaria por igual oportunidade de trocas no comércio internacional porque as estruturas de formação econômicas são muito particulares em cada uma das regiões. Trata-se de um método absolutamente equivocado o de querer transplantar modelos de desenvolvimento criados em uma determinada época e conjuntura para países cuja singularidade os tornam tão ineficazes quando inseridos na lógica ricardiana.

A insegurança diante das variações do mercado internacional e a inoportuna dependência das exportações de matérias-primas para os países do centro são as preocupações marcantes na construção do pensamento prebischiano.

De todo modo, o que passava a ser sugerido é que haviam elementos de caráter dinâmico determinando vulnerabilidade externa da América Latina, em vista das mudanças que se iriam processando ao nível das importações do centro para a periferia. Talvez o mais importante nesta nova abordagem tenha sido que, por definitivo, ficava claro que o fenômeno da desigualdade observada no comércio internacional, segundo a concepção prebischiana, era antes de mais nada uma manifestação que possuía suas raízes nas condições internas de acumulação típicas dos países centrais e periféricos. Isto significa subordinar o que ocorria ao nível das trocas ao conjunto de especificidades das estruturas econômicas periféricas, como sua heterogeneidade, a especialização produtiva, os baixos níveis de produtividade e o relativamente fraco impulso da acumulação produtiva daí advindo. (COLISTETE, 1990, p. 29)

Filiado ao pensamento keynesiano¹¹⁵, Raul Prebisch entende que o progresso nos países latino-americanos seria pautado por uma reordenação do Estado alterando o padrão de políticas públicas, orientando-as para a composição de pólos industriais e investimentos na infraestrutura objetivando demonstrar que as exportações de matérias-primas deveriam ser uma extensão do mercado interno, provendo ao mercado internacional seu excedente produtivo.

A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NAS OBRAS DE CAIO PRADO JR. E O DEBATE EM 1950.

Caio Prado Jr. nos demonstrou, ao longo de suas obras, que o desenvolvimento da economia brasileira obedece a uma repetição mórbida do presente pelo passado. Segundo o autor, o nosso processo histórico tem uma dinâmica especial, qual seja: uma continuidade inquebrável, um presente que sempre revigora o passado. Portanto, a independência econômica do Brasil só poderia ser realizada com o conhecimento histórico do país. (REIS, 1999, p. 6).

Ainda hoje o desenvolvimento econômico e social do país se apresenta de forma cíclica e dependente das demandas internacionais. O desenvolvimento conhecido pela sociedade brasileira, desde o princípio da sua história, se dá pela dependência do comércio e mercado internacional. Constituímos, desde sempre, uma economia de caráter agrário e objetivando o mercado internacional. As crises internacionais que o capitalismo produz trazem, historicamente, conseqüências à economia brasileira que a mantém estaticamente na condição de economia periférica e dependente das exportações de seus produtos primários para os países desenvolvidos.

O recém crescimento econômico e as políticas de exportação brasileira nos comprovam a tese de que o Brasil continua um país especializado em exportar produtos primários para o mercado internacional, uma situação parecida com a que o Brasil viveu aproximadamente na década de 1950. O significativo processo de substituição de importações vivido pelo Brasil na década de 1950, a vigorosa expansão industrial dos anos 70 e o crescimento econômico vivido nos últimos anos, não reverteram o essencial do quadro de dependência da economia, na medida em que tivemos - apenas recentemente - um pequeno aporte no mercado interno, constrangido pela permanência na concentração de renda e riqueza (PAULA, 2006, p. 8).

Analisando as obras que Caio Prado Jr. trata do tema deste estudo na década de 1950 “Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira” de 1954 e “Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica” de 1957, nós encontramos diversos elementos críticos feito a CEPAL referente

¹¹⁵ John Maynard Keynes foi um economista britânico defensor de uma política econômica heterodoxa, apontando para a intervenção estatal na economia como forma de frustrar as crises cíclicas do capitalismo. Sua teoria ganhou notoriedade após a crise mundial de 1929.

à propagação do progresso técnico que resultaria na independência internacional brasileira. As variações da história do desenvolvimento econômico brasileiro têm nos mostrado que os conceitos de Caio Prado Jr. para a dependência econômica do Brasil continham elementos substanciais para o debate daquela época. O modelo de substituição das importações, formulado pela CEPAL, a melhoria dos padrões tecnológicos efetivamente alcançados pela economia brasileira nos últimos 50 anos, de fato, não alteraram a situação estrutural da economia brasileira, que continuou dependente do mercado internacional (PAULA, 2006, p. 7).

O sucesso das terias cepalinas nas décadas de 50 e 60 não ocorreu somente com os *policy makers*, mas também entre os donos de industriais e empresários, e ao longo do tempo, entre os acadêmicos. Caio Prado Jr. entende o modelo cepalino como uma adaptação keynesiana ao continente latino americano, porém sua crítica está, justamente, em como o Estado vai lidar com a dependência. Diz o autor:

Não pretendo com isso dizer que devemos aspirar uma auto-suficiência econômica e o isolamento comercial, o que em qualquer circunstância do mundo moderno constitui uma utopia; e que no caso particular é inimaginável"(...)“Em outras palavras, e mais precisamente, trata-se de cuidar com maior atenção do movimento de nossas transações externas, tirando delas o máximo e necessário proveito para que elas representem cada vez com menor destaque o fulcro da economia brasileira que a constituem atualmente” (PRADO JR., 1954, p. 223-224).

E, Caio Prado Jr., deixa explícita sua preocupação com o pensamento da época:

estamos em face de duas perspectivas que se excluem, e entre as quais devemos optar: ou o status-quo e a perpetuação de um sistema predominantemente na economia brasileira, ou a renovação e transformação deste sistema” (PRADO JR., 1954, p. 182-183).

As críticas feitas por Caio Prado Jr. ao modelo cepalino não nos permite demonstrar que o autor não reconhecia as significativas contribuições que a CEPAL forneceu para o entendimento acerca da dependência econômica do Brasil e da América Latina. Tanto na teoria cepalina quanto no pensamento caiopradiano a dominância do setor primário-exportador reproduz o a condição periférica do Brasil promovendo um movimento cíclico de dependência da economia brasileira (COLISTETE, 2001, p. 28). No entanto, a disposição de Caio Prado Jr., naquele contexto, se diferenciou por trazer para o debate um ponto de vista teórico e metodológico do qual ele era o

único praticante, qual seja, o marxismo. Para o autor, o desenvolvimento da economia brasileira apontava para o processo contínuo de reformas dentro do próprio sistema existente¹¹⁶.

Caio Prado Jr., na maior parte de sua produção intelectual, levou em consideração questões acerca dos problemas históricos da economia brasileira. Por este motivo, o autor expõe a importância das reflexões acerca do desenvolvimento das economias periféricas para, desta forma, propor qual o caminho a ser percorrido no processo de independência econômica (SAMPAIO JR., 1997, p. 115). Sob este aspecto o autor ainda confrontará o núcleo, com seus conceitos, o núcleo básico da teoria cepalina para a condição de dependência da economia brasileira. Para os teóricos da CEPAL o Brasil teria desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com o setor agrário exportador, tendo como resultado a pouca eficiência na difusão do progresso técnico para o resto da economia. Este é um dos eixos de discussão mais importante de Caio Prado Jr. e a CEPAL. Segundo a teoria caipradiana a independência brasileira não estaria suportada por este argumento de propagação do progresso técnico, e, sim, no processo histórico de como o Brasil deveria ter criado condições para que a economia nacional se tornasse independente.

Ao analisar historicamente o debate feito por Caio Prado Jr. ao pensamento cepalino, o autor se mostra hábil em compreender a realidade vivida pelo Brasil naquele momento, e compreender que a fundamentação dos seus conceitos se daria dentro da própria realidade brasileira na década de 1950. Diz ele:

é dentro das relações capitalistas de produção que se propõe a política preconizada, pois esta política precisamente e essencialmente consiste em desenvolver os fatores econômicos que constituem os principais estímulos do mecanismo capitalista, a saber, o mercado. Se reformas se propõem, é justamente porque estes estímulos ou são insuficientes, ou atuam de maneira inconveniente para o desenvolvimento adequado, dentro dos quadros capitalistas, de nossas forças produtivas (PRADO JR., 1954, p. 227).

Contextualizando o significativo debate intelectual que Caio Prado Jr. manteve com a teoria cepalina, as obras do autor destacaram-se por pelo menos quatro razões: 1) pelo amplo estudo histórico da economia nacional que o autor realizou; 2) pela solidez de seus argumentos; 3) pelas

¹¹⁶ Para Caio Prado Jr. o que caracteriza a relação do capital e trabalho no Brasil não é a questão da propriedade da terra e/ou dos meios de produção, e, sim, as relações de emprego e assalariamento. Neste sentido as reivindicações do trabalhador brasileiro se dirigem não, apenas, pela reforma agrária, e, sim, por condições mais favoráveis de trabalho.

conseqüências políticas e econômicas que decorrem de sua análise e 4) pela compreensão do conjunto da realidade brasileira naquele momento.

CONCLUSÃO

Diante das convergências e divergências no debate brasileiro sobre a dependência brasileira, o que pretendemos demonstrar é que para Caio Prado Jr. não existia, no Brasil, uma burguesia nacional com interesses antagônicos ao mercado internacional, capaz de liderar as transformações sociais decorrentes de uma revolução democrática brasileira. (REIS, 1999, p. 7).

Sobre a importância de se compreender a formação histórica para poder apresentar alternativas ao futuro, Caio Prado Jr. vai dizer:

Trata-se, pois, em primeiro lugar, nesta nova fase em que nos encontramos, de reconsiderar atentamente, e sem convicções e atitudes preconcebidas, as circunstâncias em que se processa a evolução histórica, social e econômica de nosso país. E procurar aí, e não em esquemas abstratos desligados da realidade brasileira, as forças e os fatores capazes de promoverem as transformações econômicas e sociais imanentes na conjuntura presente. Bem como a natureza, direção e eventual ritmo dessas transformações (PRADO JR., 1966, p. 1966)

Desde suas primeiras obras Caio Prado Jr. percebeu que a herança colonial se fazia presente na realidade brasileira, seja na miscigenação racial seja na ausência de uma estruturação e atividade econômica que se adaptassem às necessidades da maioria da população. Neste caso, a superação da herança colonial brasileira, marcada pela heterogeneidade social, a pobreza da população e a falta de continuidade no processo de crescimento econômico – implicaria na reorganização e reorientação da economia, colocando-as, através da superação dos pressupostos indicados pelo autor, a favor independência da economia brasileira (SAMPAIO JR, 1997, p. 131). Somente através de uma mudança radical em prol da organização socioeconômico e político, é que se conseguiria atravessar transpor a dependência em uma economia genuinamente brasileira. Apesar de acreditar em uma mudança estrutural das relações política social e econômica em um curto espaço de tempo, Caio Prado Jr., mantém a coerência durante toda sua obra, entendendo que não se faz necessário uma de ruptura com o modelo político social econômico de seu tempo. Diz ele:

É de Marx a observação tão justa e comprovada por todo o decorrer da História, que os problemas sociais nunca se propõem sem que, ao mesmo tempo, se proponha a solução deles que não é, nem pode ser forjada por nenhum cérebro iluminado, mas se apresenta e aí há de ser desvendada e assinalada, no próprio contexto do problema que se oferece, e na dinâmica

do processo em que essa problemática se propõe. E é assim, porque, contrariamente a certa maneira muito vulgarizada, mas nem por isso menos falsa de considerar os fatos históricos, esses fatos não se desenrolam em dois planos que seriam, um deles, aqueles fatos propriamente; e outro, o da problemática e das decisões a serem aplicadas aos mesmos fatos. Em outras palavras, não se podem destacar – embora se distingam, mas dialeticamente se liguem, isto é se integrem em conjunto num todo – os fatos históricos (que são acontecimentos políticos, econômicos e sociais) da consideração desses mesmos fatos, do conhecimento ou da ciência deles, para o fim de lhes dar este ou aquele encaminhamento desejado (PRADO JR., 1966, p. 5)

E Caio Prado Jr. complementa:

seja qual for o grau de desenvolvimento, extensão e maturação das relações capitalistas de produção, o certo é que o capitalismo se encontra na base e essência da economia contemporânea (...) Ela não interfere assim diretamente ou não deve interferir na análise e interpretação dos fatos correntes, e muito menos na solução a ser dada aos problemas pendentes ou na determinação da linha política a ser seguida na emergência de situações imediatas (PRADO JR., 1966, p. 26)

Conforme mencionado pelo autor, o capitalismo encontra-se na base e essência da economia contemporânea, portanto as condições indicadas para a superação da dependência da economia brasileira se apresentam dentro do próprio sistema implantado. Trata-se, portanto, de uma re-organização das atividades produtivas que deverão se pautar pela primazia do mercado interno, no plano do consumo final – com bens e serviços ao alcance da grande população, em especial a rural. Impõe-se, assim, como elemento central da superação da dependência, um programa de transformações rumo à constituição de uma economia independente junto com a extinção da miséria material e moral predominante no campo brasileiro (LEÃO, 1994, p. 74)

Caio Prado Jr. compreendeu que as dificuldades de construção de uma economia independente, ainda no interior do capitalismo, são inúmeras. Para o autor, basicamente, a re-organização estrutural brasileira passa por elevar de forma consistente os padrões de vida da população e pela integração político-econômica dos grandes contingentes dessa população que vivia marginalizada e vivendo em condições subumanas. A partir disto conquistaríamos a independência econômica nacional.

Entendemos, portanto, que a interpretação caiopradiana, acerca da dependência econômica brasileira, se converge ao pensamento de Sorj (2011, p. 104) indicando que “O Brasil precisa ser periodicamente repensado”.

BIBLIOGRAFIAS

CANDIDO, Antonio. *O Significado de Raízes do Brasil*, in Raízes do Brasil, SBH, edição comemorativa 70 anos, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

_____. *A Força do Concreto*. In D'INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

BOTELHO, A. LAHUERTA, M. *Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política: Tópicos de uma Necessária Agenda de Investigação*. São Paulo: Perspectivas, 2005

CÊPEDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. 253 f. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

COLISTETE, Renato Perim. *O Desenvolvimentismo e seus Críticos: as Idéias da Cepal e de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 1950*. 1990. 318 f. Dissertação - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Uma Via não Clássica para o Capitalismo*. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal**: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

COGGIOLA, Osvaldo. *As Crises Econômicas e a Teoria Marxista*, em Revista de Economia Mackenzie, n. 3, V. 7, pags. 96 à 180. São Paulo. Editora Mackenzie, 2009.

_____. *As Grandes Depressões 1873-1896 e 1929-1939 - Fundamentos Econômicos, Conseqüências Geopolíticas e Lições para o Presente*. São Paulo, Alameda, 2009

COTRIM, Ivan. *Superprodução: Velhas e Novas Crises*. Em Revista de Economia Mackenzie, n. 3, V. 8, pags. 138 à 175. São Paulo: Editora Mackenzie, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Visão do Amigo*. In D'INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

FERREIRA, Heitor Lima. *Caio Prado e seu Tempo*. In D'INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

_____. *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012.

GASPAROTO, Jayme W. *Militância*. In D'INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IANNI, Octávio. *A Dialética da História*. In D'INCAO, Maria Angela, História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Júnior: História*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Trajatória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: Uma Trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LEÃO, I. Z. C. C. *A Matriz Teórica de Caio Prado Júnior: A Nação Inconclusa*. Dissertação (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, SP: 1994

LIMONGI, Fernando P. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense*. In., www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm

KAYSEL, André. *Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 27, n. 79, Junho 2012.

KONDER, Leandro. *Caio Prado Jr.: Nadador e Aviador*. In *Revista USP*, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998.

_____. *História das Ideias Socialistas no Brasil*. 2ª ed, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. *O Pensamento Latino Americano e o Sistema Mundial*. Rio de Janeiro. Visualizado em Dezembro de 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140227053247/C03CMartins.pdf> [200?]

MARX, Karl. *O Capital*, Vol 1, tomo 1 e 2 . Coleção Os Economistas, Abril: São Paulo, 1984.

MOREIRA, M. S. *O Debate Teórico-metodológico na Ciência Política e o Pensamento Social e Político Brasileiro*, Teoria e Pesquisa, vol. 21, n° 1, UFSCAR, SP, 2012

NETO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAIS, Fernando A. *“Caio Prado Jr., historiador”*, Revista Novos Estudos CEBRAP, n° 2. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1983.

_____. *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. In: *Corpo e Alma do Brasil - Brasil em Perspectiva*, 16° ed, Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1987.

PACHECO JR. Israel. *Caio Prado Jr.: do Sentido da Colonização ao Sentido da Revolução*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

PRADO JR., Caio & FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*, 21° ed., 3° reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *A Revolução Brasileira*, 6° ed., São Paulo: Brasiliense, 1978.

- _____. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1945.
- _____. *A Cidade de São Paulo: geografia e história*, 2º ed., São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é história, 1989.
- _____. *História e Desenvolvimento: a Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro*, 2º reimpressão da 3º ed., São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. *A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, 3º ed., São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.
- _____. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*, A Platea, 25 de julho de 1935, In <http://bndigital.bn.br/expo/caioprado/index.htm>.
- _____. *É Preciso Deixar o Povo Falar*. In: MOTTA, L. D. A história vivida. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1981,
- PREBISCH, Raul. *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*. Cepal: Santiago - Chile, 1949.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.
- _____. *Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil*. In Revista USP, São Paulo, (38): junho / agosto, 1998, p. 78-87.
- REIS, José Carlos. *Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira"*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, Set. 1999.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*, São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.
- RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- ROMERO, Daniel (org.). *Marx - Sobre as crises econômicas do capitalismo*. São Paulo. Editora Sundemann, 2009
- SAMPAIO JR., P. S. A. *ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE. Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Dissertação (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, SP: 1997.
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.
- SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o Sentido da Revolução*, 1º ed., São Paulo: Boitempo, 2008.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2011.
- VICTORIANO, R. Marcia. *A Questão Nacional em Caio Prado: Uma Interpretação Original do Brasil*, 1º ed., São Paulo: Edições Pulsar, 2001.